

FERNANDO DE AZEVEDO: UM HUMANISTA NA EDUCAÇÃO*Alberto VENÂNCIO FILHO**

RESUMO: O artigo situa Fernando de Azevedo na perspectiva da história da educação brasileira, dando ênfase à sua participação no movimento de reforma educacional, exercendo importante liderança entre os chamados "pioneiros da Educação Nova". Destaca a trajetória humanista do educador e sociólogo, tanto em sua produção teórica, particularmente na educação e nas ciências sociais, quanto em sua ação prática como administrador e reformador do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação brasileira; reforma educacional; humanismo; ensino secundário; universidade.

A educação no Brasil jamais apresentou uma orientação filosófica e doutrinária relevante. No período colonial, esteve entregue à Companhia de Jesus, cuja doutrina pedagógica, inspirada na Ratio Studiorum, fornecia as bases para o esforço de proselitismo. O sistema teve méritos, seja na catequese dos indígenas, seja no ensino - com a criação dos Colégios das Artes, dos quais o de Salvador chegou a ser equiparado ao Colégio de Évora. Mas produzia um tipo de alunato versado na oratória, na retórica e nas letras clássicas, em desacordo com as necessidades de uma nação jovem onde tudo estava por criar. A expulsão dos jesuítas em 1759 desbaratou esse sistema, com a substituição pelas aulas régias, de que Vilhena, no livro Notícias Soteropolitanas, traçou perfil desalentador.

* O autor, membro efetivo da Academia Brasileira de Letras e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é filho do Prof. Francisco Venâncio Filho, fundador da Associação Brasileira de Educação, signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e íntimo amigo de Fernando de Azevedo. O autor teve, desde menino, estreita convivência com Fernando de Azevedo. O presente artigo foi escrito por solicitação da Profª Maria Victória de Mesquita Benevides.

A transmigração da Família Real em 1808 conduziu a medidas tópicas, como a criação das aulas de Medicina na Bahia e no Rio, sem nenhuma visão de conjunto. A Independência não modificou significativamente esse quadro, e os debates na Assembléia Constituinte e, depois, na Assembléia Legislativa sobre o ensino superior se revelam também desprovidos dessa visão global. As discussões foram acaloradas; tudo foi discutido, o clima, a pronúncia, a distância da Corte, mas careciam de uma apreciação mais profunda, resultando, afinal, apenas na criação pela lei de 11 de agosto de 1827 dos cursos jurídicos de Olinda (Recife) e São Paulo, que permanecerão durante todo o Império como as únicas Escolas de Direito do país.

Se juntarmos a transformação das aulas de medicina em escolas em 1832, a reforma de 1871 da Escola Politécnica, e a criação em 1875, com a colaboração de um sábio francês, Gorceix, da Escola de Minas de Ouro Preto, tal foi o panorama do ensino superior no Império.

Em matéria de ensino médio, cria-se em 1837 o Imperial Colégio Pedro II, voltado para o estudo das humanidades, e que poderia talvez se ombrear às futuras Faculdades de Ciências e Letras. No campo do ensino primário atribuído à competência das províncias, a messe era também acanhada.

As reformas de ensino, a de 1854 - iniciativa de Couto Ferraz - tinha aspectos puramente formais, e a de 1879, de Leôncio de Carvalho, criando o ensino livre - a grande panacéia - revelou-se um fracasso. Nesse cenário, uma voz isolada se destaca, a de Rui Barbosa, relatando a reforma de 1879 e proferindo os famosos pareceres (1982) que, com aquela erudição exaustiva, apontavam rumos doutrinários à educação nacional.

A República, ao instaurar o federalismo, teve aspecto positivo no sentido de permitir a eclosão de forças descentralizadoras. A reforma Benjamin Constant, marcada com o traço do positivismo, favoreceu a criação de escolas superiores estaduais ou livres por todo o país.

A experiência de reformas posteriores no âmbito federal, entretanto, nada significara de importante, salvo, negativamente, a reforma Rivadávia Correia de 1911, que tentou reintroduzir a experiência nefasta do ensino livre.

A descentralização, que se inicia com a República, será responsável por movimentos educacionais surgidos nos Estados e por mudanças expressivas. São as reformas na década de 20 em Pernambuco e no Rio de Janeiro, de Carneiro Leão, de Sampaio Dória em São Paulo, de Anísio Teixeira na Bahia, de Francisco Campos em Minas Gerais e com Lourenço Filho no Ceará.

A mais importante delas foi, porém, a realizada no Distrito Federal, na Presidência Washington Luís, por um jovem professor de latim da Escola Normal de São Paulo, nascido em Minas Gerais, e que fizera seus estudos básicos no Colégio Anchieta dos jesuítas em Friburgo: Fernando de Azevedo.

O estudo da história das idéias no Brasil ainda não se preocupou devidamente com o problema das gerações, que tem despertado na literatura estrangeira interesse inusitado. Haveria, entretanto, algo a refletir sobre o fenômeno, que muitas vezes ocorre na vida brasileira, de um conjunto de homens que, irmanados por determinados ideais, num certo momento histórico, conseguem se unir e ter atuação importante na vida nacional.

Do ponto de vista político, poder-se-ia apontar a geração da Independência, a do Manifesto Republicano, a da República, e a dos Tenentes de 22. Do ponto de vista literário bastaria acentuar as gerações românticas, a do parnasianismo, a geração modernista de 22 e a de 45.

Poder-se-ia apontar na geração de educadores responsáveis por essas reformas, e que permanecem, em grande parte, unidos no movimento que eclode na divulgação, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, esta identificação de pontos de vista e esta dedicação sem limites à causa da educação. De uma maneira geral, são - como muitos de nós - bacharéis em Direito, mas que se empolgam pelas novas idéias que no mundo encaravam o problema da educação, e que desejavam realizar um programa sério de reconstrução.

Cabe assinalar que, por ocasião de comemoração do 1º Centenário da Independência e que foi um momento de introspecção nacional, um volume : Margem da história da república (idéias, crenças e afirmações), era publicado por um grupo de intelectuais que se auto-denominavam "a geração nascida com a República" e que se propuseram justamente a essa análise das realidades nacionais. Encabeçava o grupo uma figura singular de intelectual formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Vicente Licínio Cardoso, pertencente ao grupo fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, e que a partir de 1927 participaria na administração Fernando de Azevedo no Distrito Federal, e que certamente prosseguiria numa atuação brilhante, não fosse a morte prematura.

Nas contribuições ao volume de Vicente Licínio Cardoso, de Carneiro Leão, que já se dedicara à administração escolar, de Pontes de Miranda e de Gilberto Amado, entre outros, estava presente este ideal de traçar novos rumos para a vida nacional, dos quais papel relevante caberia à educação.

A criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada por Heitor Lyra, logo desaparecido, congregaria o grupo dos líderes que seriam mais tarde denominados os Pioneiros da Educação Nova. Dos reformadores da década dos 20, uns, como Anísio Teixeira, vinham da filosofia, outros, como Lourenço Filho, da psicologia, outros, como Francisco Campos, da filosofia do direito, e outros, como Sampaio Dória, do direito público. Seriam, portanto, todos eles auto-didatas em matéria de educação, mas o lastro doutrinário dessas disciplinas lhes permitira embasar em fundamentos sólidos os novos conhecimentos aprendidos.

Dentre eles é Fernando de Azevedo, cujo centenário se comemora este ano, o único vindo dos estudos clássicos e que trazia dessas disciplinas uma visão de vida, uma Weltanschauung, que o acompanhará por toda a vida. Ao contrário de muitos que, vindo desses estudos, conservaram visão anacrônica e obsoleta, Fernando de Azevedo utilizou-se desse cabedal para aplicá-los com sabedoria, e com atualidade nos estudos da educação.

Dos estudos realizados no Colégio Anchieta, Fernando de Azevedo formou uma cultura sólida, global e integrada nos seus vários aspectos. É curioso como no livro de memórias História da minha vida, refere-se à sua passagem por esse centro de estudos mais nos aspectos exteriores da organização e da disciplina e muito menos nos estudos que ali realizou.

Nesse livro, Fernando de Azevedo relata um episódio em que, punido injustamente, se recusou a retratar-se. Quando fala da atitude severa do Padre Manuel Madureira e do espírito conciliador do Padre Luis Yabar, em capítulo do livro Figuras de meu convívio, tratando de Testemunho sem suspeitas, dá o mesmo destaque aos dois, embora realçando as diferenças de personalidade. Do primeiro diria que: marchava direto a seus fins, sem precipitação e sem subterfúgios e atingia, como professor, os seus objetivos pela simplicidade viril da linguagem e pelo vigor das deduções"; com ele contrastava, pelo temperamento, mas igualando nas virtudes, o Padre Yabar, Reitor do Colégio, "este - a bondade feita homem - era o contrapeso da energia esplêndida do outro. O seu fino trato, a sua prudência, sua tolerância e sua prática dos homens, o designavam para aquele cargo, em que permaneceu por mais de oito anos". O influxo dessas personalidades certamente foi em parte responsável pela formação vigorosa, pela dedicação integral às tarefas e pela firmeza de caráter, incapaz de se dobrar às influências mais fortes.

Deixando a carreira religiosa, o magistério de língua e literatura latina se abria para a atividade do jovem. A influência dos estudos clássicos levaria ao interesse pela educação física, até então pouco considerada, e revelado no concurso que faz em Belo Horizonte para a cadeira do Ginásio do Estado. Da educação física e Antinous são duas obras relativas ao período.

Junto com o magistério de língua e literatura clássica, iniciaria as tarefas do jornalismo na crítica literária do Correio Paulistano e do O Estado de S. Paulo. Da leitura dos clássicos lhe trouxera um estilo viril, a que não faltava elegância, a revelar, entretanto, espírito crítico e objetivo na análise dos temas literários. Parte dessa colaboração foi reunida nos volumes No tempo de Petrólio, de 1923, Jardim

de Salústio (· margem da vida dos livros, 1924), e O segredo da Renascença, 1925. Os trabalhos de crítica literária no Estado de S. Paulo, entre 1924 e 1925, seriam agrupados no livro Ensaio, em 1929.

No tempo de Petrônio, com o subtítulo "Ensaio sobre a Antiguidade latina", dedicado a Coelho Neto, é painel da Antiguidade clássica, estudando inicialmente Petrônio, para a seguir dedicar-se a quatro pensadores latinos: Lucrécio, Sêneca, Tácito e Marco Aurélio. No capítulo A Educação dos romanos, revela a futura especialização profissional, ao estudar a psicologia da educação romana, a evolução, o segredo os erros da educação romana, já indica a expressão do futuro educador e sociólogo, tratando desses problemas, não como fenômenos isolados, mas integrados e em contexto global. Concluiu: "Ela (a educação romana) se destinava a preparar o cidadão para a carreira das honras e, preposta à formação do homem público, nunca se apartou dessa finalidade específica que lhe indicou a evolução de uma civilização original, dentro da qual se desenvolveu orgânicamente com um programa ampliado sobre as influências gregas, que Quintiliano traçou em livro justamente tido por uma das obras primas e sem dúvida o maior monumento de pedagogia da Antiguidade romana".

A projeção adquirida pelo jovem professor de latim no magistério e que o cultor das letras clássicas e o crítico literário despertara na imprensa, levou Júlio de Mesquita Filho, diretor de O Estado de S. Paulo, e que seria mais tarde o grande propulsor da criação da Universidade de São Paulo, a convidá-lo a organizar para aquele jornal um inquérito sobre a educação nacional, reflexo certamente dos movimentos em curso e da atualidade que o problema estava apresentando.

Esse inquérito, realizado em 1926, reunido em 1937 no volume A educação pública no Estado de São Paulo e, posteriormente, em 1960 A educação na encruzilhada, era, na verdade, quase que obra original. As questões colocadas a ilustres figuras do meio intelectual brasileiro, divididas pelo ensino primário e normal, técnico profissional, secundário e superior, revelavam, da parte do inquiridor, um conhecimento profundo das questões de ensino.

O inquérito teve grande repercussão no estado e no país, revelando alguém que se aparelhava para desempenhar no setor um papel de especial relevo. Na Presidência Washington Luís, chamado um natural do estado, Antônio Prado Junior para Prefeito do Distrito Federal, é inicialmente convidado para a Diretoria Geral de Instrução Pública no Distrito Federal Renato Jardim, logo depois alçado às funções de diretor da Casa da Moeda, órgão da administração que teria papel extremamente importante no programa de estabilização monetária do novo governo.

Por indicação do diretor resignatário e de Alarico Silveira, chefe da Casa Civil, o Prefeito Antônio Prado Junior convida para as funções de Diretor Geral da Instrução Pública o professor de latim e literatura latina da Escola Normal de São Paulo e autor do recente inquérito publicado no O Estado de S. Paulo.

A gestão Fernando de Azevedo fez a mais profunda e extensa reforma até então empreendida. Partindo de sólidos fundamentos filosóficos, desejava realmente uma reestruturação do sistema escolar do Distrito Federal. O projeto que apresentou à Câmara Municipal, espelhando essa posição, recebeu críticas severas, mas o autor lutou denodadamente para que fosse aprovado sem modificações. Esta fase está relatada na excelente tese de Nelson Piletti A reforma Fernando de Azevedo (Distrito Federal 1927/1930)- 1982.

A Reforma tinha como objetivo, nessa transformação, criar a escola única, a escola do trabalho e a escola do trabalho em cooperação, tudo como pressuposto da melhor formação do professor primário. Fernando de Azevedo construiu um prédio em estilo colonial - como aliás as demais escolas primárias.

Escrevendo a respeito diria Fernando de Azevedo: "é esse código de educação uma obra sintética, afirmativa e construtiva, inteiramente dominada por uma nova concepção de vida. O sistema escolar, que a reforma instituiu procede de uma "filosofia" que lhe corresponde, da unidade de concepção e de plano, fazendo passar sobre ele, em seu conjunto em todos os seus detalhes, um largo sopro de renovação pedagógica e social".

E escrevendo quase vinte e dois anos depois diria: "atribuindo novos fins, nacionais, sociais e democráticos, ao sistema de educação, procedeu-se a renovação das técnicas e seus processos que iriam a variar como instrumentos em função dos objetivos que se propunha a atingir e que atuavam sobre todo o conjunto, e se esforçou por fornecer pela reforma às escolas de todos os graus e tipos uma base concreta de serviços técnicos e administrativos para uma educação mais eficiente e que realmente se estendesse a todos. Assim, pois, aliviando a escola do peso morto do ensino tradicional; reagindo contra os fins puramente individuais da escola antiga; e erguendo a primeiro plano de suas preocupações os princípios da ação, solidariedade e cooperação social; quebrando para, articulá-los uns com os outros, as barreiras que separavam os diversos ensinos, introduzindo novas idéias e técnicas pedagógicas, a reforma de 1928, no Distrito Federal inaugurava efetivamente uma nova política e educação no Brasil"

O prestígio que Fernando de Azevedo grangeou na administração à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal colocou-o, desde logo, como líder do movimento de renovação educacional no país. Embora tivesse pertencido ao regime destituído pela Revolução de 30 e gozasse da confiança pessoal do Presidente da República deposto, a sua posição e influência não diminuíram. Ao contrário, as idéias que divulgou, as obras que realizou, trouxeram-lhe inegável prestígio nos meios educacionais do país e até no exterior. Basta citar que, em 1930, em Marselha, Ribeiro Couto publicava volume L'Enfant et l'école nouvelle au Brésil (les Cahiers du Sud), chamando a atenção dos meios educacionais europeus para a reforma brasileira.

Na verdade, a administração de Fernando de Azevedo no Distrito Federal estava muito próxima das idéias renovadoras que a Revolução de 30 pretendia realizar e que se inicia com a criação do Ministério da Educação e Saúde, para o qual foi chamado o responsável pelas reformas renovadoras de Minas, Francisco Campos.

Ao mesmo tempo, a função coordenadora que a Associação Brasileira de Educação (ABE) passara a desenrolar a partir de 1924 ganhava contornos

definidos, no momento em que o país procurava atingir novos rumos. As Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela ABE, vinham se constituindo num movimento de aglutinação dos educadores renovadores, visando a definir novos rumos para a educação nacional. Na 4ª Conferência, realizada no Rio, em 1931, o próprio Chefe de Governo Provisório conclamou os educadores a oferecer ao governo as novas diretrizes para a educação nacional. Daí surgiu a idéia do Manifesto, que veio a ser o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", assinado por vinte e seis educadores, entre os quais professores renomados que se incorporaram ao novo programa, como Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Delgado de Carvalho, elementos militantes na reforma educacional, como, entre outros, o próprio Fernando de Azevedo, Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Mário Casasanta, Almeida Júnior e Francisco Venâncio Filho.

O Manifesto era encabeçado pelo nome de Fernando de Azevedo que foi o redator do texto, embora acolhendo sugestões. Alceu Amoroso Lima certa vez veiculou a idéia de que Almeida Júnior teria sido o redator do Manifesto, mas a correspondência de Fernando de Azevedo, e o próprio estilo do documento, revelam inegavelmente que a ele pertence a autoria.

O primeiro ponto a destacar é que o Manifesto denominado A reconstrução educacional no Brasil (- Ao povo e ao Governo - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova), saía do empirismo habitual na análise dos problemas da educação, para realmente tentar construir uma base filosófica e doutrinária que a inspirasse, baseada no puro espírito humanista. Na Introdução, analisando a evolução contemporânea e suas transformações, assinala que "é a humanidade também que evoluiu, libertando-se da servidão de preconceitos, adquirindo uma consciência mais profunda da solidariedade necessária dos interesses e dos sentimentos dos homens e ampliando para círculos sociais cada vez mais vastos os benefícios e as utilidades que acumulou".

O Manifesto apontava, como deficiência principal da nossa formação intelectual, a falta de uma cultura universitária, exigindo a criação de um verdadeiro sistema universitário. "Tudo, na cultura nacional, tem de ser precário, incoerente,

frágil e desconexo. O homem, preparado para o exercício de uma profissão, quando deixa o horizonte limitado em que se habituou a mover-se e chega a desprender-se das necessidades tirânicas de sua atividade profissional, é colhido numa rede apertada de idéias, fatos e teorias que o embaraçam e entre as quais não se pode decidir pela incapacidade de revê-las, coordená-las e sujeitá-las a um corpo de doutrina ou a um sistema de idéias".

Refere-se à concepção do humanismo tradicional em que "a nossa educação, estranha às realidades nacionais e tradicionalmente baseada no humanismo, correspondia à política educativa do Império, em que, emperrada na escola secundária, de tipo clássico e estritamente literária, o problema da educação nos seus dois aspectos fundamentais das universidades e da educação popular nunca se desprende de aspirações e fórmulas vagas". Dava conta, porém, do despertar de uma consciência educacional e mencionava o idealismo construtor que deveria presidir a reforma educacional.

A grande questão colocada em pauta, tanto na Introdução como no texto do Manifesto, foi sempre o problema fundamental dos fins da educação, dos propósitos a que se destinava o sistema de ensino, examinando-os dentro de uma base filosófica. A Introdução concluía com a assertiva de que "a transformação de nosso regime educacional, de acordo com o Manifesto, não tem apenas, por si, o espírito atual e vivo que lhe está imamente, e os fundamentos científicos e filosóficos em que se apóiam, mas a consciência do papel que a escola deve desempenhar, não só na formação do espírito e da unidade nacional, como na aproximação dos homens e no restabelecimento do equilíbrio social, realizando, pela integração da escola na sociedade (socialização da escola) a integração no grupo e na vida social do indivíduo, cada vez mais isolado entre o grupo familiar que se atrofia e se desagrega numa sociedade tornada imensa".

O texto do Manifesto se inicia com a declaração de que, "na hierarquia dos problemas nacionais nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação". Comenta a situação desagregadora em que se encontra o sistema escolar, apontando a falta em quase todos os planos e iniciativas da determinação

dos fins da educação (aspectos filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos ao problema da educação.

A insistência em examinar as finalidades da educação está sempre presente, quando mostra que "se a educação está intimamente vinculada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida".

Alguns aspectos do Manifesto merecem ser ressaltados para caracterizar a atualidade e a inspiração renovadora. Em primeiro lugar, a importância dada à ciência e ao espírito científico, o que representava uma das deficiências do sistema de ensino, e em segundo lugar, a falta de uma cultura universitária, em grande parte ligada ao fato de que o país, até aquela data, não constituía a sua identidade nacional.

A repercussão do Manifesto foi muito grande, causando impacto na opinião pública e nos meios educacionais. Serviu de guia às reformas que se sucederam, entre as quais a mais importante, a do Distrito Federal, durante a gestão do prefeito Pedro Ernesto, dirigida por Anísio Teixeira (1931-1935). Por outro lado, pode-se filiar a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, às idéias que sobre a questão universitária o Manifesto defendeu. E ponto importante foi a inclusão, na Constituição de 1934 - graças à atuação dos deputados Prado Kelly, Odilon Braga e Medeiros Neto ligados à ABE - de um capítulo sobre educação e cultura, que previa a organização de um Plano Nacional de Educação.

Da obra doutrinária de Fernando de Azevedo, a que mais destaca o papel do humanismo é Na batalha do humanismo e outras conferências, publicada em 1952. O capítulo principal do livro, que lhe dá o título, é conferência pronunciada na Universidade de Minas Gerais em 1947. Esta conferência é basicamente a síntese de idéias que, no curso dos anos, Fernando de Azevedo desenvolveu,

mostrando as dificuldades no tratamento do tema e as várias concepções sobre ele existentes.

Assim dizia: "Movimento de espírito que já se esboçava em Sócrates, quando se proclamava "cidadão do mundo" ou procurava elevar o homem à consciência de sua jurisdição própria "por uma ação especificamente humana"; que se definia em Terêncio que afirmava que sendo homem, nada do que é humano lhe era estranho e com Cícero, para quem a humanitas já queria dizer polidez, indulgência, generosidade, cultura do espírito e respeito do homem, que tomou um caráter religioso no novo impulso com o Cristianismo que pregava o amor do próximo nos Evangelhos e a caridade, que, na Renascença, se exprimia pelo gosto ou pelo culto da Antiguidade, e foi menos um avanço do que o retorno às civilizações anteriores greco-latinas; que no Século XVIII, sem perder o fundo clássico, se reavivou por um refinamento de cultura e se estabeleceu sobre a língua francesa, transformando-se no classicismo racional; que novamente se reergueu no século seguinte, em consequência das viagens e migrações, do movimento romântico e do desenvolvimento das ciências históricas e filosóficas; o humanismo, sem constituir, em nenhuma dessas fases, uma ruptura com a tradição, serviu-se dos veículos mais diferentes e tomou as formas mais diversas, caracterizando-se, em todas elas, por um esforço constante para elevar a dignidade do espírito humano e valorizá-lo, ligando, acima das civilizações anteriores, o passado ao presente, a cultura antiga à moderna, a velha à nova civilização".

E prosseguia: "Daí, certamente, a variedade dos tipos de classificação com que se marcou com a palavra (humanismo "cristão", humanismo "clássico", humanismo "filosófico ou racionalista", etc.) e em que se encontram os elementos para as mais acaloradas controvérsias travadas de pontos de vista diferentes e com referência às diversas fases de seu processo de evolução. Quando falamos em "humanismo", o que queremos significar é, afinal, um movimento de espírito, uma corrente de pensamento, de opinião que se vem desenvolvendo através dos tempos, tomando a cor e a tèmpera da cultura em que floresceu e cujas

manifestações diversas não se podem considerar senão como períodos de uma evolução ou elos de uma mesma cadeia de pensamento".

Debate, em seguida, questão que será objeto de muitas das análises, - o problema das humanidades no ensino secundário - mostrando que aqueles que defendem a idéia do humanismo clássico nos dias de hoje traziam uma concepção antiquada e obsoleta. Isso porque a concepção desse humanismo como forma de ensino só se vulgarizou a partir do momento em que a utilização da língua e literatura nacionais retirou aquele papel pragmático do latim de que dispunha, e se precisou então desenvolver uma explicação para a manutenção desses estudos. Debate assim, a concepção de um autêntico humanismo adaptado à atualidade "Negar, pois, o aspecto humanizador da ciência e atribuir-lhe caráter inumano é insistir numa ficção contra a qual se revoltam não só a natureza lógica da ciência, universal por seu espírito e seus métodos, como também a tendência constante à cooperação, sem a qual é impossível tornar o saber fecundo".

Em outros estudos do livro, o tema do humanismo aparece como pano de fundo para a análise dos problemas ou do perfil de pessoas. Cabe destacar a conferência pronunciada na Bahia, em 1949, por ocasião do centenário de nascimento de Rui Barbosa, quando salienta, na figura do grande brasileiro, geralmente analisado apenas como advogado, jurista e escritor, o cabedal de humanismo que é a base de sua formação intelectual. Assinala que a palavra humanismo exprime um dos valores que se salvarão da tempestade, quando, afinal, se criar um homem novo para o mundo novo e se transformar, pelo esforço de todos numa civilização humana, a civilização mecânica e industrial. Mostrava como aos antigos, ou mais propriamente, às línguas e literaturas greco-latinas, e às literaturas clássicas mais chegadas a essas formas primitivas, tomou Rui por sentido estético uma concepção de uma beleza formal submetida a regras precisas, uma saudável disciplina, a clareza e o amor à exatidão, o sentimento da composição e da harmonia em que residem a base do classicismo. "Por isso, o seu humanismo não era apenas uma concepção da vida, uma atitude mental em face do homem e do mundo. Era uma idéia em marcha, um pensamento em ação",

para concluir, que "pela boca de Rui se ouvia a voz do humanismo imanente, humano, o apostolado da lei e do direito e da harmonia da raça humana com o ideal cristão".

Duas outras páginas merecem reflexão, por estarem nitidamente voltadas ao problema do humanismo em face da educação. A primeira delas, é o estudo Posição e Perspectivas Teóricas em Face do Ensino Secundário, conferência realizada em 1948 no curso de férias organizado pela Secretaria de Educação do Governo de Minas. Examina em profundidade o problema da formação do ensino secundário, mostrando as suas origens voltadas para as humanidades clássicas e afirmando como a vida moderna exigia um outro tipo de formação. Em No caminho de um humanismo novo, conferência de paraninfo dos formandos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1950, e era O Estudo das universidades do Século XX e o problema do humanismo, escrito para a obra comemorativa do 4º Centenário da Universidade de São Marcos, essas questões novamente afloram sob ângulos novos, mas sempre revelando a preocupação de preservar o verdadeiro sentido do humanismo. Mostrava como o ginásio clássico correspondia, então, às necessidades de um clima histórico, alimentado no fundo comum de tradições religiosas e culturais. Este contexto histórico alterou-se profundamente e a escola secundária tem agora de desempenhar um outro papel para adequar-se às realidades existentes. Ao estudar o problema no âmbito universitário, acentua que "isto a que chamam cultura geral (no sentido acrescentamos, quase ornamental) que se costuma dar hoje a essa expressão, não era para a Idade Média; não era ornato de espírito ou disciplina de caráter; era, pelo contrário, o sistema de idéias sobre o mundo e a humanidade que o homem então possuía. Era, pois, o repertório de convicções que tinha a dirigir efetivamente a existência".

Mostrava, portanto, como as universidades deveriam se preparar para desenvolver e transmitir um novo tipo de humanismo, capaz de atender às necessidades da civilização contemporânea.

A mesma visão humanista da educação se reflete no seu papel na criação da Universidade de São Paulo. A idéia universitária vinha no Brasil de longe, desde o sonho dos heróis da Conjuração Mineira, os pleitos na Assembléia Constituinte de 23 e na Assembléia Legislativa, da qual apenas resultou a criação dos cursos jurídicos, das iniciativas de Paulino de Souza, em 1870, e, já na República, em várias propostas, entre as quais a reforma de Carlos Maximiliano, em 1915, autorizando o governo a agrupar em universidade a Escola Politécnica, a de Medicina e uma das Faculdades de Direito.

A criação dessa universidade, em 1920 - dizia-se que o governo apressara a criação a fim de dar o título de doutor honoris causa ao Rei Alberto da Bélgica, então em visita ao país - resultou apenas de junção de escolas isoladas, como foi também a criação da Universidade de Minas Gerais, por iniciativa de Antonio Carlos, e entregue à direção de Mendes Pimentel.

A reforma universitária de 1931, de iniciativa de Francisco Campos, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, previa como uma das possíveis unidades da organização universitária a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, núcleo de formação do professorado secundário e órgão destinado ao desenvolvimento da pesquisa.

A criação da Universidade de São Paulo decorreu de uma feliz conjugação de fatores, estando à frente do governo do Estado de São Paulo Armando Salles de Oliveira, junto ao qual exercia uma posição de destaque Júlio de Mesquita Filho. Coube a Fernando de Azevedo, por indicação desse último, organizar o decreto-lei de organização da Universidade, a ser baixado no dia da fundação da capital. O plano diretor correspondia à idéia de dar papel de especial relevo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para a qual, verificando a carência de professores especializados, incumbiu-se Teodoro Ramos, diretor da Faculdade, que, em viagem à Europa, com o prestimoso auxílio do Professor George Dumas, organizasse uma missão de professores estrangeiros que viesse colaborar nos planos da nova universidade.

A influência desses professores se exerceu de forma bastante ampla, criando um corpo de discípulos brasileiros que os substituíram, seja no setor da História, da Antropologia, da Ciência Política e da Educação, deixando, assim, marcas profundas no espírito da Universidade de São Paulo e, por extensão, no sistema universitário brasileiro.

Professor de Sociologia do **Instituto de Educação** da Universidade, transferido com o Instituto para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Fernando de Azevedo permaneceu nessa função até a sua aposentadoria compulsória, em 1964, e manteve no ensino da cadeira, como no empenho pelo futuro da Escola, o mais alto interesse.

Em 1940, o Governo Federal, ao organizar o Recenseamento do país, organizou uma Comissão Censitária. O Presidente Getúlio Vargas manifestou o propósito de convidar Fernando de Azevedo para a presidência dessa Comissão. A dificuldade de se ausentar do centro de suas atividades em São Paulo levou-o a recusar a função, mas outro encargo lhe seria dado. Como em 1920 fora solicitado a Oliveira Viana que escrevesse um volume síntese da evolução brasileira - A evolução do povo brasileiro - foi pedido a Fernando de Azevedo a preparação de outro livro síntese, que foi denominado A cultura brasileira.

Em pouco mais de dois anos preparou o volume, até hoje indispensável aos estudos sobre a vida brasileira. Passados cinquenta anos, se alguns dos seus aspectos podem estar superados, se algumas das idéias expendidas foram infirmadas pela evolução dos conhecimentos, é inegável que o volume representa uma síntese da evolução cultural do Brasil, constituindo, em certos aspectos, sùmulas até hoje preciosas para o conhecimento da realidade brasileira. A própria concepção de "cultura", definida na introdução, pode ser hoje contestada, mas partia da noção de que "o estudo que fazemos incide diretamente sobre a produção, a conservação e o progresso dos valores intelectuais das idéias, da ciência e das artes, de tudo, enfim, que constitui um esforço para o domínio da vida material e para a libertação do espírito". E acrescentava, "As diversas manifestações de cultura, de que teríamos uma noção falsa se estudadas como se

fossem microcosmos isolados dentro do conjunto social, se ligaram sem cessar nesta obra à evolução das grandes correntes políticas, econômicas e religiosas que, nos diversos períodos da história ocidental e nacional, orientaram todo o país numa direção única ou puseram em conflito algumas de suas partes. Preferimos sempre o fato humano, complexo, à qualquer fórmula rígida em que se procurasse aprisionar a realidade múltipla e viva; e, repelindo todo o dogmatismo capaz de falsear a compreensão dos fatos, nosso pensamento se orienta para uma interpretação dos movimentos culturais, estéticos e científicos, muitas vezes segura à vista da documentação recolhida e outras, hipotética, mas que não deixará de ser sugestiva nas suas indicações".

O livro tem organização sistemática, partindo dos fatores da cultura para análises mais específicas. Cabe especial relevo aos capítulos sobre a vida intelectual - as profissões liberais - e a cultura científica - para destacar, afinal, o problema da transmissão da cultura, centrada ao sistema educacional.

A ênfase que dá ao problema da educação na formação da cultura nacional revela o espírito humanístico e a feliz conjugação das reflexões do educador e do sociólogo. Declara: "O estudo da educação desde as suas origens até o seu estado atual, nas suas formas estruturais, nos seus fins e nos seus processos, não podia, pois, deixar de fazer parte integrante de uma obra que se tenha proposto dar uma visão de conjunto da cultura nacional". E adiante: "Se, pois, se proceder ao inquérito sobre as instituições pedagógicas de um povo apanhado no curso de seu desenvolvimento e estudadas as suas estruturas nos fins conseguidos, e nos meios adotados para realizar esses fins, não será difícil reconstituir não só a sua evolução social, a sua concepção da vida e do homem, a sua hierarquia de valores, as mudanças que se operaram nas suas concepções e na sua mentalidade particular, como um tipo nas espécies do grau de cultura que atingiu e se exprimem constantemente nas instituições prepostas a mantê-las e a transmiti-las através de gerações. O interesse pela cultura e pelas coisas do espírito em um dado povo patenteia-se de maneira constante e iniludível no trabalho a que a sociedade se entrega e no esforço que realiza, pelo conjunto de suas instituições escolares para

educar os seus filhos, elevar o nível de cultura e estender ao maior número possível os benefícios da civilização".

Assim, a parte sobre a transmissão da cultura é uma síntese excelente, até hoje atual, do nosso sistema de ensino, desde as suas origens religiosas, com a Companhia de Jesus, até a evolução, no início dos anos 40, quando da feitura do volume. A preocupação pelos aspectos humanísticos de nossa cultura estão presentes em todos os momentos e constituem o fecho de grande obra: "Nenhuma doutrina que desconheça uma metade do homem ou que, exagerando o aspecto técnico da civilização, estimule os velhos instintos gregários e prepare hordas de bárbaros mecanizados, inscreveu-se até hoje nos planos da política nacional ou de qualquer dos programas de uma política de cultura e de educação. Uma e outra, intimamente articuladas - porque toda política escolar varia em função de uma política geral - não entraram no seio do movimento senão para encontrar, suscitar e desenvolver as aspirações personalistas e comunitárias, que nenhuma deformação transitória poderia abafar inteiramente, para procurar um socialismo que saiba combinar a pessoa e a comunidade e para lançar a base da educação e da cultura, a liberdade da consciência e o respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana".

Na obra de sociólogo, se revela o mesmo espírito humanístico presente em toda a obra do pensador. Professor de sociologia da Escola Normal de São Paulo, professor de sociologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo e posteriormente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com um magistério de quarenta anos, no ramo produziu dois livros específicos de doutrina: Princípios de sociologia, de 1936, e, como resultado do magistério no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia, Sociologia educacional, de 1940.

O primeiro, com subtítulo modesto de Pequena Introdução aos Estudos de Sociologia Geral, está dividido em cinco partes: Os Fatos Sociais; A Penetração do Espírito Científico nos Estudos dos Fatos Sociais; A Ciência Social; As Escolas

Sociológicas Do Ponto de Vista do Método; As Escolas do Ponto de Vista da Explicação dos Fatos Sociais.

Em todas essas partes se destaca o espírito de integração da sociologia no contexto da ciência social, sem esquecer os seus fundamentos filosóficos, mostrando a lenta evolução de estudos mais gerais para chegar a essa concepção especializada.

Tinha da sociologia a visão de um duplo movimento de pensamento que tende, "de um lado, a aprofundar e a especializar cada vez mais as pesquisas e descobrir cada dia o novos domínios de investigações na realidade social (movimentos de expansão analítica) e, de outro lado, a recolher e coordenar esses trabalhos para organizar, em corpo de doutrina, dotado de humildade (tendências teóricas e sintética) seus princípios e suas conclusões".

Por isso, repelia o empirismo da sociologia americana, a qual visava apenas a coleta dos fatos, para se basear na concepção de Durkheim dizendo que, : para ele (Durkheim) a verdadeira realidade social é mental e sentimental, isto é, feita de idéias, de crenças e sentimentos.

Em Sociologia da Educação, sociologia especializada, novamente os mesmos princípios humanistas se revelam dentro da idéia de integração da escola no processo de formação social e de transmissão de valores humanísticos. Assim, declara no início que, "pelas relações existentes entre concepções filosóficas e as instituições sociais, o grande interesse sociológico que representa o estudo histórico das doutrinas pedagógicas, por sua vez ligadas à história geral do pensamento humano".

E logo adiante "mas, se para compreender a história do pensamento humano, é sempre útil e fecundo repor as especulações filosóficas no seu clima histórico, a história das doutrinas pedagógicas não se poderá compreender se não banhando-se longamente, de um lado na história social e de outro na história geral do espírito humano".

Examinando especificamente o problema do humanismo assevera: "a verdade porém é que as "humanidades clássicas" não são perimeas, mas, generalizadas hoje, pereceriam de sua própria generalização; o latim e, sobretudo, o grego, devem ser reservados ao ensino superior e, por conseguinte às especialidades e aos cursos de "pré especialização" (ensino médio); àqueles que se destinam às seções de letras clássicas nas escolas superiores. E se as humanidades clássicas foram, em determinada época da civilização, o caminho que levou ao humanismo (humanismo clássico) pode-se conceber a idéia de outros caminhos, de formas novas de humanidade (néo-humanismo); outras matérias (ciências e letras modernas) poderão levar ao mesmo resultado, se forem animadas do mesmo espirito liberal, desinteressado profundamente cultural e humano que foi o ensino clássico)".

Nessas análises, Fernando de Azevedo tinha bem presente a afirmação de Leon Brunscqvicy de que só serem "os dignos continuadores dos gregos se não na medida em que chegarmos a ser os contemporâneos de nossa civilização como eles o eram da sua".

Outra expressão do caráter humanista de seu pensamento e de sua atualização em face do mundo moderno é o prefácio escrito para o livro Formando o homem (contribuição para o plano de um ginásio ideal), do Professor Paul Arbousse-Bastide. O professor Arbousse-Bastide foi um dos jovens "agregés" que vieram para o Brasil com a missão universitária francesa, e talvez tenha sido aquele que melhor se adaptou ao nosso país, a ele voltando numerosas vezes, mesmo quando já aposentado. A missão francesa trouxera, junto com o Professor Paul Arbousse-Bastide, o Professor Roger Bastide, do qual não era parente, pelo menos próximo. Enquanto Paul Arbousse-Bastide era um homem forte, vigoroso, cheio de vida e extrovertido, Roger Bastide tinha um físico acanhado, magro, franzino e por isso o primeiro ficou conhecido como Bastidão e o segundo como Bastidinho. Paul Arbousse-Bastide iniciou o seu trabalho no Brasil dentro daquela formação universitária que os egressos da Escola Normal Superior traziam no

campo da sociologia, mas dentro em pouco iria se voltar para o estudo da educação, do qual o livro Formando o homem é um dos exemplos.

Na organização do livro, desejava que Fernando de Azevedo o prefaciasse. Este tinha objeções quanto a várias opiniões aí expressas, embora o achasse de alta valia. O prefácio é, na verdade, um diálogo entre os dois professores: Fernando de Azevedo se escusa por força daquelas divergências, e Arbousse-Bastide insiste em que, pelo menos, transcreva a essência do diálogo.

Falando do ensino secundário, declara Fernando de Azevedo: "parece-me, no entanto, que esta instituição não tem a "originalidade fundamental" que lhe atribuíram. Senão, encaremos a questão mais de perto. O ensino secundário, que se diferenciou historicamente, não se diversifica do ensino primário em essência; entre um e outro há diferença de grau e não de natureza. Um e outro destinam-se, nos sistemas escolares, a ministrar uma cultura geral. Mas enquanto este, além das técnicas fundamentais, ler, escrever e contar, se propõe dar um mínimo de cultura geral a todos os indivíduos em idade escolar - mínimo esse variável - o ensino secundário não tem por fim senão estender, aprofundar e aperfeiçoar essa cultura geral, não para todos, mas para uma classe (a burguesa) ou no regime socialista para uma fração a mais dinâmica e bem dotada da população escolar. Não vejo essa originalidade fundamental que é antes histórica, tradicional, do que substancial ou de natureza".

Mais adiante: "Essas duas correntes que agora se definem com nitidez, vêm de longe e em alguns países já se defrontaram com veemência. Seja como for, e ainda que venha a prevalecer a corrente revolucionária ou simplesmente moderna, o ensino secundário poderá guardar (e eu desejaria francamente que guardasse) esse caráter de cultura geral desinteressada, transformando-se de um ensino de classe ou montado para uma classe (a burguesia), num ensino de cultura geral, acessível aos mais bem dotados, recrutados na massa da população escolar segundo os seus méritos e aptidões e não conforme o seu grau de fortuna".

E em outro trecho: "A questão fundamental do ensino secundário na sua organização e nos seus planos de estudo está em manter esse caráter de cultura

geral, com o que poderá restabelecer-se a unidade de sua estrutura. Pelo lugar que ocupa no conjunto do sistema educativo, no ápice de sua infra-estrutura comum e a base de sua super-estrutura diferenciada, ele é chamado a desenvolver e elevar ao mais alto grau possível a cultura geral cujos fundamentos a escola primária se encarregou de lançar'.

Finalmente, os principais aspectos da personalidade de humanista de Fernando de Azevedo deveriam ser ressaltados. Em primeiro lugar, o do professor, com uma militância de quase meio século no ensino secundário e no superior. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, como professor catedrático de sociologia, deu à disciplina a visão humanística mais ampla, como fizera nos dois grandes livros na especialidade.

Haveria ainda que destacar a figura do epistológrafo, no diálogo com amigos e terceiros, e na defesa de suas idéias, com letra forte e tersa, a revelar a firmeza de sua personalidade. Quando forem divulgadas essas missivas, ter-se-á, de forma ampla, o conhecimento da personalidade o grande educador.

Mas nas várias funções que exerceu no campo da educação, soube se cercar de uma plêiade de colaboradores, nos quais despertava o entusiasmo e uma dedicação sem limites. Os dissabores que por vezes encontrou no curso dessas atividades jamais veio de seus auxiliares, podendo afirmar com convicção, em 1945, que "se há, pois, um homem que não teve abissínios; nunca foi atacado quando decaiu do poder, pelos que o apoiaram, e não sofreu desilusões daqueles em que realmente confiou, esse foi o antigo diretor da instrução pública". A cujas deficiências a sorte deu por compensação a doçura e a solidez das amizades".

E, realmente, a amizade que teve durante todo o curso da sua vida, de seus alunos, de seus colaboradores ou de pessoas que dele se aproximaram, reforça a idéia desta figura marcante, cujo centenário comemoramos neste ano. O De Amicitia de Cícero, o capítulo sobre amizade nos Ensaaios de Montaigne, eram textos que citava com freqüência, pois neles via refletida a posição integral de amigo de seus amigos.